

CHARLEY TEIXEIRA CHAVES

5ª EDIÇÃO

DIREITO
PROCESSUAL
CONSTITUCIONAL

*A fiscalidade da constitucionalidade (ADI,
ADC, ADPF, ADO, MI, HC, HD, MS, ACP e AP)*





Belo Horizonte	São Paulo
Av. Brasil, 1843,	Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG	8º andar, cj B2
Tel.: 31 3261 2801	Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007	CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2016, D'Plácido Editora.
Copyright © 2016, Charley Teixeira Chaves.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

<i>Editor Chefe</i>	Plácido Arraes
<i>Editor</i>	Tales Leon de Marco
<i>Produtora Editorial</i>	Bárbara Rodrigues
<i>Capa, projeto gráfico</i>	Nathália Torres
<i>Diagramação</i>	Bárbara Rodrigues

Catálogo na Publicação (CIP)

CS12 Chaves, Charley Teixeira
Direito processual constitucional: a fiscalidade da constitucionalidade (ADI, ADC, ADPF, ADO, MI, HC, HD, MS, ACP e AP)/Charley Teixeira Chaves. - 5. ed. rev. ampl. - Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020.
278 p.

ISBN 978-65-5589-097-6

1. Direito. 2. Direito Constitucional. I. Título.

CDDir: 341.2

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

Prefácio	17
Teoria Constitucionalista do Processo	19
PARTE I	
A FISCALIDADE DA CONSTITUCIONALIDADE	27
<hr/>	
1. Introdução.....	29
2. Noções gerais.....	29
3. O Conselho Constitucional Francês.....	32
4. A Corte Constitucional Italiana.....	33
5. Modelo de fiscalidade Português.....	36
6. Modelo brasileiro (noções procedimentais de ADI, ADC e ADPF).....	37
6.1. Sistemas de controle.....	38
6.1.1. Pressupostos.....	38
6.1.2. Formas de controle.....	39
6.1.2.1. Controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo pelo judiciário.....	39
6.1.2.2. Controle pelo executivo.....	41
6.1.3. Controle repressivo, sucessivo ou a posteriori (Norma promulgada).....	41
6.1.3.1. Controle difuso (concreto e abstrato - também conhecido como americano).....	43
6.1.3.1.1. Concreto.....	43

6.1.3.1.2. Abstrato (efeitos para terceiros).....	43
6.1.4. Controle da Constitucionalidade em Abstrato (austríaco ou europeu) - <i>Erga Omnes</i>	46
6.1.4.1. Princípios interligados.....	46
6.1.4.1.1. Devido Processo Constitucional.....	46
6.1.4.1.2. Princípio da Supremacia da Constituição.....	48
6.1.4.1.3. Princípio da Unidade da Constituição.....	48
6.1.4.1.4. Princípio da Presunção da constitucionalidade das leis (<i>iuris tantum</i>).....	49
6.1.4.1.5. Princípio da não-vinculação do STF aos fundamentos da ação – Causa de pedir aberta.....	49
6.1.4.1.6. Princípio da parcelaridade.....	49
6.1.4.1.7. Princípio da natureza dúplice ou ambivalência.....	50
6.1.4.1.8. Princípio da proporcionalidade.....	50
6.1.4.2. Características.....	52
6.1.4.3. O conceito de lei e ato normativo para efeito de controle em abstrato da constitucionalidade.....	53
6.1.4.4. Lei municipal.....	57
6.1.4.5. Normas Constitucionais Inconstitucionais (Poder constituente originário versus poder constituente derivado).....	59
6.1.4.6. O controle repressivo da constitucionalidade exercido pelo legislativo.....	61
6.1.4.7. Finalidades da ADC.....	61
6.1.4.7.1. Finalidades da ADI.....	62
6.1.4.8. Legitimação para ADI, ADC e ADPF.....	62
6.1.4.9. Aspectos procedimentais da ADI (art. 3º da Lei n.9.868/99).....	65
6.1.4.9.1. Dos pedidos de informações (art. 6º da Lei 9.868/99).....	66
6.1.4.10. Função do AMICUS CURIAE no controle em abstrato da constitucionalidade.....	67
<i>Amicus curiae</i> no novo CPC.....	67

6.1.4.10.1. Audiência pública: ampliação da participação dos interessados.....	68
6.1.4.11. O Quórum para discutir ou deliberação.....	70
6.1.4.12. Da Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei 9.868/99.....	71
Resumo dos requisitos para medida cautelar.....	71
6.1.4.12.1. Resumo – efeitos – Medida Cautelar.....	73
6.1.4.12.2. Da Medida Cautelar em Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).....	73
6.1.4.13. Espécies de decisões proferidas pelo STF no controle de constitucionalidade.....	75
6.1.4.13.1. Declaração de nulidade total com redução de texto.....	75
6.1.4.13.2. O princípio da interpretação conforme a constituição.....	76
6.1.4.13.3. Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução do texto.....	81
6.1.4.13.4. Inconstitucionalidade por Relação de Interdependência ou Decretação de Inconstitucionalidade “consequencial”, ou por “arrastamento”, ou por “atração”, ou por reverberação normativa.....	82
6.1.4.13.5. Eficácia.....	83
6.1.4.13.6. “Fossilização da Constituição” / Petrificação do direito.....	83
6.1.4.13.7. Efeitos transcendentais dos motivos determinantes (ativismo judicial).....	86
6.1.4.13.8. Modulação temporal dos efeitos da decisão.....	90
6.1.4.13.8.1. Da teoria da nulidade e da teoria da anulabilidade.....	91
6.1.4.14. Coisa julgada e sua relativização.....	92
6.1.4.15. Outros pontos.....	96
6.2. Da reclamação constitucional.....	96
6.3. Do direito de petição e o direito de obtenção de certidões.....	99
7. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (Adpf).....	101

7.1. A competência do STF mesmo na modalidade incidental	102
7.2. Aplicação subsidiária e modalidades de situações para aplicar ADPF	103
7.3. Como controle concentrado de constitucionalidade é cabível	104
7.4. Da liminar	106
7.5. Modulação temporal dos efeitos da decisão (vide ao comentário anterior)	106
8. Habeas Corpus	107
Natureza jurídica	108
Espécies (Liberatório ou repressivo, Preventivo ou Suspensivo)	108
Cabimento (Art. 648 do CPP)	108
Cabimento conforme a doutrina e a jurisprudência	109
Inadmissível a concessão	112
Causa de pedir do <i>Habeas Corpus</i>	112
Legitimados	112
Competência	112
Petição – Requisitos	113
Da decisão	115
Do recurso	116
Recurso Ordinário em <i>Habeas Corpus</i> – ROHC	116
Prisão civil	117
Jurisprudência – <i>Habeas Corpus</i> Preventivo para garantir o Direito ao Silêncio	118
9. <i>Habeas Data</i>	121
Introdução	121
Objeto do <i>Habeas Data</i>	121
Cabimento (art. 7º)	121
Procedimento extrajudicial do <i>habeas data</i>	125
Sujeitos processuais	126
A fase judicial do <i>habeas data</i>	127
Petição inicial	127
Do procedimento	128
Liminar	129

Concessão, sentença e a coisa julgada	129
Recursos	129
O pedido de suspensão	129
Competência	130
10. Mandado de Injunção (MI) e Ação Direita com Pedido Declaratório de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO)	132
Legitimidade	133
Competência	135
Competência	136
Liminar	136
Recursos	139
Revisão da decisão concessiva do MI	139
Pressuposto Constitucional	140
Não é possível manejar mandado de injunção	141
Execução da decisão. Efeitos da decisão do mandado de injunção	141
Principais diferenças entre o mandado de injunção e ação direta com pedido declaratório de inconstitucionalidade por omissão	144
Referências	147

PARTE II

MANDADO DE SEGURANÇA TEORIA E PRÁTICA	153
Apresentação	155
1. Introdução	155
2. Origem	158
3. Conceito e finalidade	160
4. Natureza	161
5. Espécies	166
6. Aspectos processuais	167
6.1. Pressupostos constitucionais do mandado de segurança	167
6.1.1. Conceito de direito líquido e certo	168
6.1.2. Aplicabilidade residual	170
6.1.3. Da ilegalidade do abuso de poder	173
6.1.4. Da legitimidade	175
6.1.4.1. Legitimação ativa – Impetrante	175

6.1.4.1.1. Litisconsorte ativo	176
6.1.4.2. Legitimação passiva – impetrado	178
6.1.4.3. Representante do Ministério Público	182
6.2. Cabimento	182
6.3. Competência	191
6.4. Das provas	192
6.4.1. Exceção à prova pré-constituída	193
6.5. Dos prazos	204
6.6. Informações ou defesa	205
6.7. Procedimento – mérito e coisa julgada	207
6.8. Sentença e execução	210
6.9. Outros aspectos práticos	210
6.9.1. Petição inicial	210
6.9.2. Liminar	216
6.9.3. Limitação	218
6.9.4. Recorribilidade	219
Recursos e reexame necessário	221
6.9.5. Custas, despesas e honorários	222
7. Atos administrativos	222
8. Mandado de Segurança Coletivo (Msc)	223
9. Procedimento do Mandado de Segurança Coletivo	229
10. Conclusão	231
11. Modelo de Peça	232
12. Súmulas do Supremo Tribunal Federal – Mandado de Segurança	235
13. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça – Mandado de Segurança	237

PARTE III

AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO POPULAR **239**

1. Ação civil pública (ACP)	241
1.1. Cabimento	241
1.1.1. Cabimento e das exceções	242
1.2. Legitimidade Ativa	243

1.2.1. Provocação do Ministério Público (MP).....	244
1.2.2. Legitimidade - passiva.....	244
1.3. Litisconsortes.....	245
1.4. Desistência.....	245
1.5. Intervenção de terceiros.....	245
1.6. Da competência.....	246
1.7. Procedimento.....	246
1.8. Inquérito Civil Público.....	247
1.9. O Termo de Ajuste de Conduta (TAC).....	248
1.10. Sentença e Coisa julgada.....	249
1.11. A inexistência de litispendência entre ações individuais e ações coletivas na tutela de direitos individuais homogêneos, conforme art. 104 do CDC Lei n. 8.078/90.....	252
1.12. Recursos e outros meios de impugnação.....	253
1.13. Suspensão de segurança.....	253
1.13.1. Suspensão do processo individual.....	253
1.14. Da execução.....	256
1.15. Das custas.....	256
1.16. Ação civil pública x lei de improbidade administrativa - falta de interesse de agir na modalidade adequação.....	257
1.16.1. Natureza PENAL da sanção por improbidade administrativa.....	259
2. Ação popular (AP).....	260
2.1. Conceito.....	260
2.2. Natureza Jurídica.....	260
2.3. Cabimento.....	260
2.4. Legitimidade Ativa.....	263
2.5. Legitimidade Passiva.....	264
2.6. Intervenção de terceiro.....	265
2.7. Competência.....	265
2.8. Procedimento.....	266
2.9. Das custas.....	268
2.10. Sentença.....	269

2.11. Recursos.....	269
2.12. Coisa Julgada.....	269
2.13. Ação Rescisória.....	270
2.14. Execução.....	270
RESUMO:.....	270
2.15. Mandado de Segurança e Ação Popular.....	271
REFÊRENCIAS.....	275